

**COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**  
**Inscrição de reserva legal no CAR e recuperação de APP -**  
**Matrícula imobiliária nº 31.851, interior de Guatambu**

IC – Inquérito Civil nº 06.2021.00001803-5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 9ª Promotoria de Justiça de Chapecó, **EBERSON LUIS BIESEK**, portador do RG nº 4.193.982, inscrito no CPF nº 006.348.129-47, residente e domiciliado na Rua Borges de Medeiros, nº 1729D, Bairro Esplanada, em Chapecó; **EMERSON ROBERTO BIESEK**, portador do RG nº 4.523.081, inscrito no CPF nº 041.705.949-32, residente e domiciliado à Av. Nereu Ramos, nº 75D, Bairro Universitário, em Chapecó; **MARLICE ALVES**, portadora do RG nº 4.226.604, inscrita no CPF nº 039.409.889-40, residente e domiciliada à Av. Nereu Ramos, nº116E, Centro, em Chapecó; **ANITA ALVES**, portadora do RG nº 2.239.719, inscrita no CPF nº 835.924.159-72, residente e domiciliada à Linha Betu, interior de Guatambu, doravante denominados *compromissários*, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual nº 738/2019, e

**CONSIDERANDO** que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", consoante dita o

artigo 225, *caput*, da Constituição da República;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, inciso III da Lei 12.651/12, compreende-se por Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

**CONSIDERANDO** que o Código Florestal vigente (Lei nº 12.651/2012), em seu artigo 15, admite o cômputo da Área de Preservação Permanente (APP) no cálculo percentual de instituição de Reserva Legal em todas as propriedades rurais, desde que: I – o benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo; II – a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão estadual integrante do Sisnama; e III – o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR, nos termos desta Lei;

**CONSIDERANDO**, finalmente, que para a reserva legal cumprir sua função ecológica e, sobretudo, para que não seja destruída em cada desmembramento ou venda parcial do imóvel, impõe-se que ela seja demarcada, aprovada pelo órgão ambiental (art. 14, §1º, da Lei 12.651/2012) e registrada (art. 18, *caput*, e § 4º, da Lei 12.651/2012);

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

## **DO OBJETIVO**

**Cláusula 1ª:** O presente compromisso de ajustamento de

conduta tem por finalidade a atualização e detalhamento da reserva legal de imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR, e a recuperação da área de preservação permanente degradada em propriedade rural localizada na Fazenda Faxinal do Tigre - Distrito de Alto da Serra, Município de Guatambu, imóvel registrado sob a matrícula imobiliária n. 31.851.

**Parágrafo único.** A área da reserva legal corresponde a 20% da área total do imóvel, ou seja, totaliza 7.176,80 m<sup>2</sup>; no imóvel há área de preservação permanente.

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**Cláusula 2ª:** O compromissário compromete-se a comprovar ao Ministério Público, em seis meses, a recuperação da área de preservação permanente degradada (especificação na Cláusula 1ª), mediante a execução de plano de recuperação da área degradada, previamente aprovado pela Polícia Militar Ambiental.

**Parágrafo primeiro.** A área deverá ser cercada, com fios de arame (os inferiores deverão ser lisos para permitir passagem de animais), as mudas deverão ser mantidas e replantadas em caso de perecimento e deverão ser protegidas com coroamento e contra insetos.

**Parágrafo segundo.** As edificações em área de preservação permanente deverão ser retiradas em 30 dias da assinatura do presente.

**Cláusula 3ª:** O compromissário comprovará ao Ministério Público, em 90 dias da assinatura do presente compromisso, a atualização da reserva legal de imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR;

**Parágrafo único.** A atualização será realizada mediante novo registro, com os marcos geodésicos precisos, registrando também a área de preservação permanente.

**Cláusula 4ª:** O compromissário comprovará ao Ministério Público

a execução de plano de recuperação da área degradada na área da reserva legal, por meio de relatório semestrais a serem apresentados a esta Promotoria de Justiça, em seis meses a contar da assinatura do presente;

**Cláusula 5ª.** O cômputo da área de preservação permanente na reserva legal só poderá ser realizado na forma da lei e se previamente autorizado pelo órgão ambiental estadual (IMA).

### **DO DESCUMPRIMENTO**

**Cláusula 6ª:** Incidirá o compromissário em multa diária de R\$ 200,00, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas deste acordo.

**Parágrafo primeiro:** As multas eventualmente aplicadas reverterão em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados.

**Parágrafo segundo:** O pagamento de eventual multa não exime os compromissários de dar cumprimento às obrigações contraídas.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 7ª** - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo estabelecido.

**Cláusula 8ª** - O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 4 de novembro de 2021

Eduardo Sens dos Santos  
**Promotor de Justiça**

Eberson Luis Biesek  
**Compromissário**

Anita Alves  
**Compromissária**

Marlice Alves  
**Compromissária**

Emerson Roberto Biesek  
**Compromissário**

Paula Signori  
**OAB nº 24.660**